



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

Práticas desenvolvidas pelas iniciativas de economia popular e solidária acompanhadas pela IEPS-UEFS e os princípios cooperativistas

Aline Santana de Andrade¹; Jose Raimundo Oliveira Lima²

1. Aline Santana de Andrade, PIBIC/CNPq, Ciências Econômicas, e-mail: alinesan456@gmail.com

2. Jose Raimundo Oliveira Lima, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, e-mail: zeraimundo@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Economia Popular e Solidária; Cooperativismo; Autogestão.

INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho, intensificadas a partir do final do século XX, geraram profundas mudanças nas relações produtivas e sociais, resultando em um processo de exclusão de significativas parcelas da classe trabalhadora de seus postos de trabalho e de suas fontes de renda (Antunes, 2003). Este cenário tem contribuído para a ampliação do mercado informal, que, conforme Kraichete (2007), constitui-se como espaço de acolhimento da economia popular. Assim, observa-se que a economia popular se apresenta como alternativa fundamental de sobrevivência e de reprodução da vida para amplos setores sociais, consolidando-se como uma estratégia diante da precarização estrutural do emprego formal, encaminhando-se por um processo associativo e autogestionário para uma economia política dos setores populares, a economia popular e solidária (Lima, 2024).

As iniciativas vinculadas à economia popular e solidária configuram-se como experiências inovadoras de resistência, criação e recriação de alternativas ao mercado convencional, historicamente, competitivo, individualizante e concentrado e excludente. Nesse sentido, práticas associativas como feiras solidárias, arranjos produtivos locais, redes colaborativas e circuitos curtos de comercialização assumem destaque como instrumentos de fortalecimento da autonomia econômica e social das comunidades, dialogando com a perspectiva da economia plural (LIMA, 2014).

Neste contexto, a Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS) desempenha um papel estratégico ao fomentar ações educativas e de fortalecimento organizacional junto a associações, cooperativas, sociedades simples e grupos informais, no sentido da geração de trabalho, renda e empoderamento político-educativo. Por meio de metodologias participativas, democráticas e coletivas, a incubadora atua na consolidação de processos de autogestão e no estímulo à formação crítica dos sujeitos sociais envolvidos. O presente resumo, resultante do nosso plano de trabalho, insere-se nesse cenário, tendo como foco o acompanhamento de experiências já incubadas, como as Cantinas Solidárias I e II e a Feira de Saberes e Sabores. O objetivo central foi analisar até que ponto as práticas desenvolvidas nesses espaços estão alinhadas aos sete princípios cooperativistas (Adesão livre e voluntária, Gestão democrática, Participação econômica dos membros, Autonomia e independência, Educação, formação e informação, Intercooperação e Interesse pela comunidade) preconizados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2008), bem como contribuir para o aprimoramento de tais práticas por meio da integração entre pesquisa, ensino e extensão.

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de compreender de que maneira os princípios da cooperação, solidariedade e autogestão, elementos centrais, da economia popular e solidária têm sido incorporados nas experiências comunitárias acompanhadas pela IEPS/UEFS. Com efeito, além de produzir conhecimento científico, a proposta reforça a função social da universidade ao estabelecer um diálogo permanente com a comunidade, promovendo uma formação acadêmica comprometida com valores de ética, cidadania, cooperação e transformação social (Coelho, 2010).

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Segundo Thiollent (2011, p. 9), “não existe neutralidade na pesquisa social em geral, e tampouco na pesquisa-ação”. Essa afirmação conduz a refletir sobre duas questões fundamentais: qual é o papel da pesquisa? Qual é o papel do pesquisador? Na pesquisa convencional, de caráter positivista, a investigação tende a se apoiar na neutralidade dos métodos, dos instrumentos e até mesmo dos sujeitos envolvidos. Tal postura, embora relevante em determinados contextos, limita a compreensão da realidade social, pois neutraliza a ação e a participação dos atores no processo investigativo. Nesse sentido, a pesquisa-ação apresenta-se como alternativa metodológica, visto que articula teoria e prática, unindo investigação científica e transformação social. De acordo com Thiollent (2011, p. 26), “A pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada.”

Dessa forma, a presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa-ação de base empírica, diferenciando-se da doutrina empirista. Enquanto a empirista se limita à observação descritiva e manipulação estatística dos dados, a pesquisa-ação incorpora o comprometimento social e a construção conjunta de conhecimento com os protagonistas envolvidos (Thiollent, 1987). Outro ponto importante refere-se à distinção entre pesquisa-ação e pesquisa-participante. Embora ambas envolvem engajamento no campo, nem toda pesquisa participante pode ser considerada pesquisa-ação. Enquanto a primeira pode se limitar à observação participante com fins de aceitação no grupo estudado, a segunda exige participação ativa dos sujeitos implicados nos problemas investigados, na busca de soluções coletivas (Thiollent, 2011). A presente investigação foi desenvolvida no âmbito do Programa Base Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (PIEPS/UEFS), envolvendo grupos já incubados, como as Cantinas Solidárias I e II (esses projetos já se encontram na ordem de IV, articulado pelo PIEPS) e a Feira de Saberes e Sabores. O pesquisador terá papel ativo na articulação das atividades, por meio de observação, acompanhamento e formações, conforme apontam Brandão (1993) e Freire (1983), destacando o caráter formativo e emancipatório do processo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica, inicialmente, se deu por levantamento de referenciais teóricos sobre cooperativismo, economia popular e solidária, educação popular, ações cooperativas e processos de incubação (Lima, 2014; Kraichete, 2007; Coelho, 2010). Análise documental, por sua vez, enquanto procedimentos, valeu-se de estudo de relatórios, atas, registros e documentos sem tratamento analíticos, produzidos pelos grupos incubados e pela IEPS/UEFS. Nesta esteira, a observação direta, gious-se pelo acompanhamento das atividades e práticas de autogestão, com registro em diário de campo. As entrevistas de perfilização socioeconômica, teve relevante papel quanto a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com membros dos grupos,

visando identificar impactos do processo de incubação em aspectos econômicos, sociais e políticos. Formações e oficinas, foram procedimentos de igual valia na realização de atividades participativas com os grupos, voltadas à construção de instrumentos de controle financeiro, gestão e análise de custos, oferecendo importante espaço político de discussão com debates coletivos com base nos sete princípios cooperativistas da Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2008), a fim de compreender como esses valores estão sendo incorporados na prática articulada pela economia popular e solidária.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Os princípios cooperativistas orientam as decisões coletivas das iniciativas e as diferenciam de outras organizações do contexto capitalista. Assim como aponta a literatura (Lima, 2014; ACI, 2008), há adaptação desses princípios ao longo do tempo, mas permanecem valores como democracia, coletivismo e solidariedade.

Figura 1 – Fluxograma de discussões da pesquisa



Além disso, observou-se que tais valores não se limitam às cooperativas formais, mas se naturalizam como modo de vida e organização comunitária, enraizados em saberes e práticas ancestrais, que funcionam como tecnologias sociais (Lima, 2024) de produção e reprodução da existência. Durante o acompanhamento das iniciativas, foram identificadas práticas relacionadas aos sete princípios da ACI, conforme práticas evidenciadas nas iniciativas, indicadas no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Exemplos de práticas que articulam as características da economia popular e solidária aos princípios cooperativistas observados nas iniciativas

PRINCÍPIOS	PRÁTICA EVIDENCIADAS NAS INICIATIVAS
Adesão livre e voluntária	Chamadas públicas para ocupação de cantinas solidárias com mais de 10 grupos inscritos e Lista de espera na Feira de Saberes e Sabores por 4 anos consecutivos.

Gestão democrática	Reunião coletivas de deliberação; Participação com os votos de todos os membros, inclusive, para escolha do grupo sucessor (Sabores do Quilombo por Vila Feliz).
Participação econômica	Comissão financeira, arrecadação coletiva por feirantes e cantinas formando fundo de reservas.
Autonomia e independência	Grupos atuam dentro da universidade, mas preservam identidade e protagonismo político local (Novembro Negro na Lagoa Grande protagonizado pelo Grupo Sabores)
Educação, formação e informação	Oficinas, rodas de conversa, assembleias, reuniões e atividades culturais durante a Feira de Saberes e Sabores, bem como nas Feiras Itinerantes nas comunidades atuantes nas Cantinas e na Feira.
Intercooperação	Parcerias entre grupos na articulação de em redes de economia popular e solidária e tecnologias sociais.
Interesse pela comunidade	Fortalecimento socioeconômico local, produção orgânica, agroecológica e incentivo à identidade cultural.

Fonte: organização dos autores, com base na pesquisa de campo e informações da ACI (2008)

Discutindo criticamente e associando esses pontos às características da economia popular e solidária, inferimos que ao falar em adesão e participação verificou-se que, apesar de restrições físicas (espaço limitado nas cantinas/feira), as regras são coletivamente construídas entre os pares avançando para estatuto de associação e regras para o cooperativismo popular, evitando práticas excludentes. No que tange a gestão democrática as reuniões assumem papel de assembleia, garantindo deliberações e também formação política. Na Educação e informação a Feira é um espaço de aprendizagem mútua e articulação comunitária com aprendizagens formais e não formais, bem como forte presença da educação popular, indicando diversas dimensões de vida, para além da comercialização. A intercooperação, fortalece laços entre grupos e amplia inserção em redes de economia solidária, mas ainda há desafios quanto à participação igualitária e o impacto comunitário, para além da geração de renda, mas, promove identidade cultural e articulação política, fortalecendo um “movimento por uma outra economia” (Lima, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Este trabalho com o objetivo analisar as iniciativas comunitárias, tomando como referência os princípios cooperativistas, obteve resultados conforme discussões apontando que tais princípios se manifestam de forma concreta nas práticas observadas,

especialmente no fortalecimento da solidariedade, na gestão democrática e na intercooperação e na educação. Verificou-se que as experiências analisadas não se restringem ao aspecto econômico, mas abrangem dimensões sociais e culturais, promovendo autonomia e valorização identitária. As iniciativas configuram-se, assim, como instrumentos relevantes para o desenvolvimento comunitário local e para a realização de alternativas ao modelo econômico de mercado convencional, por via das redes. Como limitação, destaca-se o recorte restrito de análise (iniciativas no espaço interno da UEFS), o que impossibilita generalizações amplas. Entretanto, o estudo contribui ao evidenciar a importância do cooperativismo como prática de organização comunitária e aponta a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a temática em outros contextos.

Conclui-se que o associativismo e o cooperativismo, ao articularem valores de solidariedade, democracia e justiça social, constituem mecanismos eficazes de fortalecimento socioeconômico e cultural das comunidades, reafirmando a viabilidade de modelos alternativos como a economia popular e solidária.

REFERÊNCIAS

ACI – ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Declaração sobre a identidade cooperativa**. Manchester: ACI, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COELHO, Fabiano. **Incubadoras universitárias e economia solidária: a experiência da ITCP/UFBA**. Salvador: UFBA, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KRAICHETE, Ghislaine. **Economia popular solidária: dilemas e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, José Raimundo Oliveira; BRASIL, Manuela Salu. **Saberes e sabores: feira, feiras livres, de economias, tecnologias e sabedorias**. – Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2024.

LIMA, Jose Raimundo Oliveira. **A Economia Popular e Solidária como estratégia para o desenvolvimento local solidário no município de Feira de Santana – Bahia**. 2014. Salvador, BA. Tese de Doutorado. Universidade Estadual da Bahia.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1987.